

Educação do campo: estudo de revisão sobre os últimos 10 anos (2014-2024) de pesquisas em Minas Gerais

Milena Abadia de Sousa¹

Resumo

O presente artigo surge a partir do questionamento de uma professora de licenciatura em Minas Gerais que se viu diante de uma disciplina de Educação do Campo. Os desafios e questionamentos encontrados durante o processo tornaram-se pesquisa. Portanto, o objetivo deste artigo é, à luz do estudo de revisão, evidenciar a produção científica em nível de mestrado e doutorado nos últimos 10 anos (2014-2024) acerca da temática educação do campo em Minas Gerais. Atentamos para o mapeamento da produção analisando os títulos, palavras-chave e os Programas de Pós-Graduação e linhas de pesquisa que foram desenvolvidos. Como resultado, referenciamos que os trabalhos levantados abordam diversas temáticas inerentes à educação do campo, como: formação de professores, políticas educacionais, práticas educativas, entre outros. Essas pesquisas, portanto, colaboram para que uma educação do campo crítica e emancipatória seja desenvolvida.

Palavras-chave

Educação do campo. Estudo de revisão. População campesina.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. E-mail: milena.sousa@uemg.br.

Countryside education: state of the art on the last 10 years (2014-2024) of research in Minas Gerais

Milena Abadia de Sousa²

Abstract

This article arises from the questioning of an undergraduate teacher in Minas Gerais who found herself faced with a Countryside Education subject. The challenges and questions encountered during the process became the research. Therefore, this article aims, in light of the review study, to highlight scientific production on master's and doctorate level in the last 10 years (2014-2024) on the theme of countryside education in Minas Gerais. We paid attention to mapping production by analyzing the titles, keywords, and the Postgraduate Programs and lines of research which were developed. As a result, we noted that the collected works addressed various themes inherent to countryside education, such as: teacher training, educational policies, educational practices, among others. This research, therefore, contributes to critical and emancipatory countryside education.

Keywords

Countryside education. Review study. Peasant population.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. E-mail: milena.sousa@uemg.br.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo de revisão acerca de pesquisas acadêmicas voltadas para a educação do campo no estado de Minas Gerais. A delimitação do local se deu, principalmente, pois a autora leciona a disciplina Educação do Campo em uma universidade mineira e ao se deparar com tal disciplina sentiu, de início, dificuldades em encontrar pesquisas e dados sobre o assunto. O marco temporal (2014-2024) foi pensado para conseguir abarcar os últimos 10 anos de pesquisa em educação, entendendo que nesses últimos anos o acesso à universidade pública, bem como o acesso à pós-graduação aumentou no Brasil, elevando, assim, as pesquisas em nível de mestrado e doutorado.

Como referência para a análise de dados, foram utilizadas as teses e dissertações produzidas e publicadas pelos programas de pós-graduação de Minas Gerais. Esses dados foram levantados a partir do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD integra o sistema de informações de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil, difundindo assim a divulgação e o acesso às pesquisas. Para começar a seleção, colocamos no campo de busca do *site* os termos “Educação do Campo/Minas Gerais”, e como recorte temporal, os anos de 2014 a 2024. Nesse momento, apareceram 1.952 pesquisas que usaram os termos acima; delas, 1.320 seriam dissertações e 632 teses.

Ao adentrar a leitura dos títulos e resumos, fizemos uma curadoria de 36 dissertações e 13 teses que abordaram o tema educação do campo. Foi importante perceber que o campo de busca encontrou pesquisas que tinham alguns desses termos, mas que, ao olhar de maneira individual cada título, foi possível descartar muitos dos trabalhos que apareceram. Em alguns, foi necessário olhar os resumos para compreender o objetivo e se eles entrariam na pesquisa, infelizmente em outros, não foi possível abrir o arquivo original e nem os encontrar disponíveis na internet. Estes também foram retirados da pesquisa.

De acordo com a Plataforma Sucupira, que é um sistema usado para coletar informações sobre a pós-graduação brasileira, hoje, em Minas Gerais, temos ao todo 557 programas de Pós-Graduação, dentre eles, 142 de mestrado, 125 de mestrado profissional, cinco de doutorado e 276 de mestrado e doutorado, e nove que ofertam mestrado e doutorado profissional. Se formos analisar, Minas Gerais tem dados expressivos em relação às pesquisas, pois em toda a Região Sudeste, de acordo com a mesma plataforma, temos um total de 1.983 programas.

Em relação ao nosso tema em específico, que é a educação do campo, colocamos na Plataforma Sucupira como filtro de busca os termos: Grande área do conhecimento: “Ciências Humanas”; e como Área do conhecimento: “Educação”. Nesse momento, a pesquisa apresentou 20 programas de pós-graduação em Educação. Refizemos o filtro e agora na Área do conhecimento colocamos “Educação Rural”. Um adendo importante aqui: o filtro não apresenta os termos “Educação do Campo”. Ao selecionarmos este filtro, a Plataforma não gerou nenhum resultado, o que significa que ainda não temos nenhum Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, o que não impede de haver linhas de pesquisa que atuam com esse tema.

É importante ressaltar que muitas pesquisas ainda utilizam termos como “Educação Rural”, “Educação Campesina”, entre outros. Foi uma escolha nossa filtrar trabalhos que utilizaram apenas “Educação do Campo”. Isso se dá, principalmente, pela conquista da importância do uso desse termo, que significa uma educação do e não para o campo. Segundo Silva (2020), o uso do termo educação do campo é simbólico e marca a luta de camponeses contra o preconceito, termo esse que surge

[...] em oposição ao ideário da educação rural e fugindo das estereotipias adereçadas aos espaços rurais, concebe o termo “campo” fazendo referência ao conceito de camponês, com seu simbolismo político e histórico e representando uma diversidade de sujeitos que produzem conhecimentos – não somente bens de consumo – concretos e imateriais através de suas lutas de resistências, pautadas nas suas ideologias, que vêm alimentando comunidades e instigando a produção de políticas de autenticidade singular (Silva, 2020, p. 42).

A análise desses dados permitiu verificar para além do quantitativo, ou seja, analisar também as temáticas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação por meio dos resumos e das palavras-chave das publicações, o que possibilitou verificar as tendências dos campos de estudo e os locais de pesquisa em Minas Gerais.

Posto isso, dividimos o artigo em três etapas: a primeira parte, na qual foi possível fazer uma breve discussão teórica sobre o histórico da educação do campo no Brasil; a segunda etapa, em que apresentamos a educação do campo em Minas Gerais; e a terceira, na qual realmente apresentamos dados das pesquisas acerca do tema realizadas no estado.

Pressupostos teóricos

Falar sobre educação do campo é falar sobre luta por direitos, direitos estes que são firmados pela Constituição Federal brasileira. O Brasil, em sua história, passou por diversos momentos relacionados ao campo, afinal, nossa economia em grande parte da história foi firmada pelas bases camponesas, mesmo que em muitos momentos não tenhamos reconhecido a importância de quem realmente leva alimentos para a mesa dos brasileiros.

A dicotomia entre campo e cidade sempre refletiu um olhar preconceituoso para as pessoas que vivem e trabalham no campo. As concepções desse espaço como algo contrário à cidade, ou seja, a visão de que ele é contrário ao desenvolvimento, ao progresso, resultou em olhares preconceituosos e na falta de investimentos e reconhecimento dessa população como pessoas detentoras de direitos.

Essa visão minimalista do campo também repercutiu na educação, ou seja, para que serve a escola da população camponesa? Para servir a reprodução capitalista, ou seja, formar mão de obra trabalhadora para o campo.

A figura socialmente construída sobre o campo como território do “antigo”, “atrasado” e subordinado à cidade produziu, por muito tempo, a ideia de que a educação escolar no campo deveria seguir esse paradigma urbano. As repercussões dessa inspiração resultaram na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as esferas públicas, como na saúde e, principalmente, na educação (Silva, 2020, p. 35).

Para estudar, a população camponesa precisava, na maioria das vezes, ir para a cidade, onde não tinham nenhum contato com a sua história de vida e realidade, pelo contrário, escutavam que era necessário estudar para ter uma vida melhor, vida essa que não seria relacionada ao campo. Quantas vezes ouvimos nossos pais ou avós dizerem que era necessário estudar para não ir trabalhar com a enxada, ou seja, estudar era sinônimo de vencer na vida, e vencer na vida era ir para a cidade conseguir um bom emprego, e deixar o campo.

Martins (2020) comenta que a escola rural, além de ser um apêndice da escola urbana, é uma versão simplificada desta. Ou seja, a grande mensagem subliminar ou, às vezes, explícita, é que a educação deve levar os jovens que desejam prosperar para a cidade. Os camponeses então entenderam que os seus filhos não queriam mais trabalhar no campo ou ter qualquer relação com ele, o que era um problema, afinal, a maioria das famílias obtinha o sustento dali. Diante disso, essas mesmas famílias começaram a se sentir incomodadas por

não haver uma escola próxima a elas, e claro, uma escola que fosse feita por elas, que levasse em consideração suas histórias de vida e seus conhecimentos.

A educação rural perdurou por muitos anos no Brasil. É importante salientar que esse formato de educação “[...] se configura a partir das experiências do ruralismo pedagógico, defendendo a ideia de que o homem do campo precisava de uma formação que assegurasse não somente a sua própria sobrevivência, mas o aumento da produtividade agrícola para abastecer as cidades” (Silva, 2020, p. 37).

Esse pensamento começou a mudar, segundo Martins (2020), nos anos 1990, com as discussões realizadas durante o 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), que aconteceu em 1997, na Universidade de Brasília (UnB). Nesse evento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindicou o direito pela educação no campo e uma educação de qualidade que fosse pensada pelos camponeses.

A partir desse momento, novas articulações e diálogos começaram a surgir para pensar, então, uma educação do campo em oposição à educação rural. A mudança na nomenclatura foi de grande importância, pois agora o processo educativo não seria pensado para as e sim pelas pessoas do campo. Segundo Caldart (2009, p. 38),

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.

De acordo com a mesma autora, a educação do campo é, portanto, uma luta prática, que veio dos trabalhadores que reivindicavam igualdade social e vida digna no lugar onde eles moram e têm suas histórias de vida. É preciso pensar que essa luta não se resume à garantia de existirem escolas em espaços rurais, ela é também pensar em todo o trabalho pedagógico, e esse sim é o grande desafio, que, infelizmente, foi pouco superado.

Entre os desafios, está o de ter educadores do campo ou educadores que recebam formação específica para trabalhar em escolas do campo. Infelizmente, essas escolas vivem uma rotatividade muito grande de profissionais, o que causa um prejuízo enorme para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Um sonho, que pode ser alcançado, seria ter educadores que são do campo e que vivenciam a realidade dessa população, ou educadores que sejam valorizados e que passem por constante formação para atuarem ali, diminuindo

assim a rotatividade de profissionais. Martins (2020, p. 24) afirma que

Para além do ingresso, a manutenção do profissional da educação do campo é crucial. Comumente há iniciativas, como bônus compensatório financeiro para professores (as) lotados em zonas rurais. É necessário, porém, ressaltar que tais iniciativas, embora legítimas, não são suficientes. A valorização, até mesmo a financeira, dos educadores (as) do campo deve ser inserida enquanto política pública. Nesse sentido, o incentivo ao vínculo permanente do (a) educador (a) com sua instituição de ensino pode consolidar-se com uma gratificação à dedicação exclusiva, ato que já é tradicionalmente praticado nas instituições de ensino superior.

Outro desafio apontado por diversos autores é a não adaptação do currículo à rotina do campo. Muitos alunos auxiliam os pais no tempo da colheita, o que dificulta a ida à escola, prejudicando esses alunos. Para tanto, seria necessário um calendário específico para essas escolas, conforme afirma Martins (2020).

Um dos argumentos mais usados para a preservação das singularidades da escola do campo é a necessidade de um calendário específico. Assim se evidenciam como as estruturas escolares não consideram a realidade das escolas. As escolas que são compostas por educandos oriundos do campo, nas épocas de safra, sofrem acentuadamente com a evasão escolar, uma vez que o trabalho familiar necessita do envolvimento direto ou indireto do jovem educando(a) (Martins, 2020, p. 85).

Seria importante que as escolas tivessem autonomia desse calendário escolar, adaptando assim a realidade campesina, diminuindo a evasão e o prejuízo no ensino. A Pedagogia da Alternância, que é utilizada em algumas escolas, é uma alternativa interessante para essa questão. Silva e Sobreira (2014) contam que essa metodologia surgiu na França, em 1935, na *Maison Familiale Rurale*, escolas rurais que tinham como objetivo aliar os ensinamentos escolares aos saberes populares dos campesinos.

A estratégia dessas escolas era a de alternar o ensino com o trabalho no campo, ou seja, esses alunos passavam três semanas em suas propriedades, em um aprendizado prático com seus pais, e uma semana na *Maison*. As escolas, segundo Sobreira e Silva (2014), tinham como alicerce um ensino que estava baseado nas necessidades dos jovens, bem como uma formação ligada à vida com um diálogo constante com as famílias, compreendendo que o campo é também um espaço educativo, assim como a sala de aula.

Segundo os mesmos autores, a Pedagogia da Alternância chegou ao Brasil no ano de 1969, no estado do Espírito Santo, e começou com três primeiras experiências inspiradas nos modelos da *Maison Familiale Rurale*, mas aqui receberam o nome de Escola Família

Agrícola (EFA). Com o passar dos anos, essa experiência se expandiu para outros estados brasileiros. Portanto, a Pedagogia da Alternância possui condições de ser implementada nas escolas do campo e contribuir para o processo de educação dos camponeses, como afirmam Sobreira e Silva (2014).

Sob esta lógica, os conhecimentos oriundos da realidade e da vida dos jovens são sistematizados e aprofundados no processo de formação escolar, de maneira a contribuir e a orientar processos de desenvolvimento, tanto dos educandos, quanto de suas realidades socioeconômicas e culturais. Nesta perspectiva, as experiências de Alternância podem ser consideradas como experiências vivas, dinâmicas e em permanente construção e reconstrução (Silva; Sobreira, 2014, p. 226).

Pensar a educação do campo, portanto, é refletir acerca de uma educação emancipatória, que leve em consideração o conhecimento camponês, que fale de reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia, vida no campo e do reconhecimento que todas essas pessoas são detentoras de conhecimentos e que precisam ter seus direitos conquistados. Nesse sentido, “A escola do campo pode contribuir com a valorização da vida no campo, como um instrumento útil para a manutenção da juventude, das famílias, da cultura dos povos do campo, desvelando que a dicotomia real não é entre campo e cidade, mas entre capital e trabalho” (Martins, 2020, p. 91).

Metodologia

A metodologia desenvolvida foi a quali quantitativa, ou seja, por meio de dados quantitativos fizemos uma análise qualitativa acerca das produções acadêmicas em nível de mestrado e doutorado envolvendo a temática educação do campo em Minas Gerais. A ideia principal foi fazer um estudo de revisão dessas publicações, que tem como objetivo analisar bibliografias acerca de um determinado assunto, permitindo que o pesquisador tenha acesso a uma quantidade relevante de pesquisas que foram desenvolvidas dentro de um recorte temporal delimitado por ele.

O estudo de revisão é importante, pois não só sintetiza informações das publicações, mas analisa e discute pesquisas anteriores acerca de um determinado tema. Hoje, com o acesso rápido à internet e aos diferentes portais de pesquisa, o uso dessa metodologia foi facilitado, mas como são muitas informações, elas acabam se perdendo no meio de tantas outras pesquisas. O intuito deste artigo é, portanto, fazer um filtro dessas publicações para compreender o perfil, onde elas estão sendo feitas, por quem estão sendo feitas, quando estão

sendo feitas, entre outras perguntas de grande relevância. Sampaio e Mancini (2007) afirmam que o estudo de revisão

é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (Sampaio; Mancini, 2007, p. 84).

Esse tipo de metodologia é mais do que fazer um levantamento das pesquisas, é também selecionar os trabalhos que realmente se relacionam ao tema, é refinar a busca analisando títulos, palavras-chave, resumos, entre outros. Para esta pesquisa, decidimos escolher uma plataforma digital como local de busca, que foi a BDTD. Escolhemos essa plataforma, pois o objetivo da pesquisa foi fazer um levantamento de teses e dissertações, apenas.

Ao escolher a plataforma, delimitamos o campo de busca, que foi Educação do Campo em Minas Gerais. O estado escolhido, como já explicitado anteriormente, se deu pela vivência enquanto docente em uma universidade mineira. Ao digitarmos esses termos, e ao delimitar o recorte temporal (2014-2024), surgiram diversas pesquisas, e foram abertas 20 abas com o total de 1.952 pesquisas relacionadas.

Foi necessário filtrar pesquisa por pesquisa. Muitas não estavam relacionadas à educação do campo, o que, pelo título, era possível verificar; em outras foi necessário abrir a pesquisa para ler o resumo e as palavras-chave. Muitos arquivos infelizmente não foram encontrados, os links estavam errados ou com problemas, o que dificultou o acesso. Possivelmente, o número final de teses e dissertações seria um pouco maior, caso os links estivessem atualizados.

Após entrarmos nesses links, foi construída uma tabela com os seguintes dados: título, autores, local de publicação (Universidade/Programa de Pós-Graduação) e as palavras-chave utilizadas na pesquisa. Essas informações iniciais já foram de grande importância para compreender quais as universidades mais pesquisam esse tema em Minas Gerais e quais os objetivos iniciais dessas pesquisas. Por meio desses dados, foi possível delimitar muitas perguntas que serão respondidas na próxima etapa deste artigo.

Portanto, entendemos a importância desta pesquisa, pois

A elaboração de artigos de revisão de literatura tem como compromisso a qualidade da pesquisa e o interesse por novas descobertas. Sua conclusão

expressa a posição do pesquisador e se sustenta no saber científico, estando presa na relação entre o objeto de estudo, o que foi lido, compreendido, concordante e discordante, analisado e, finalmente, interpretado (Chiara; Chiara, 2023, p. 109).

Diante dos dados levantados, foi possível traçar um perfil das pesquisas acerca da educação do campo em Minas Gerais, como será apresentado abaixo.

Resultados e Discussão

Educação do campo em Minas Gerais

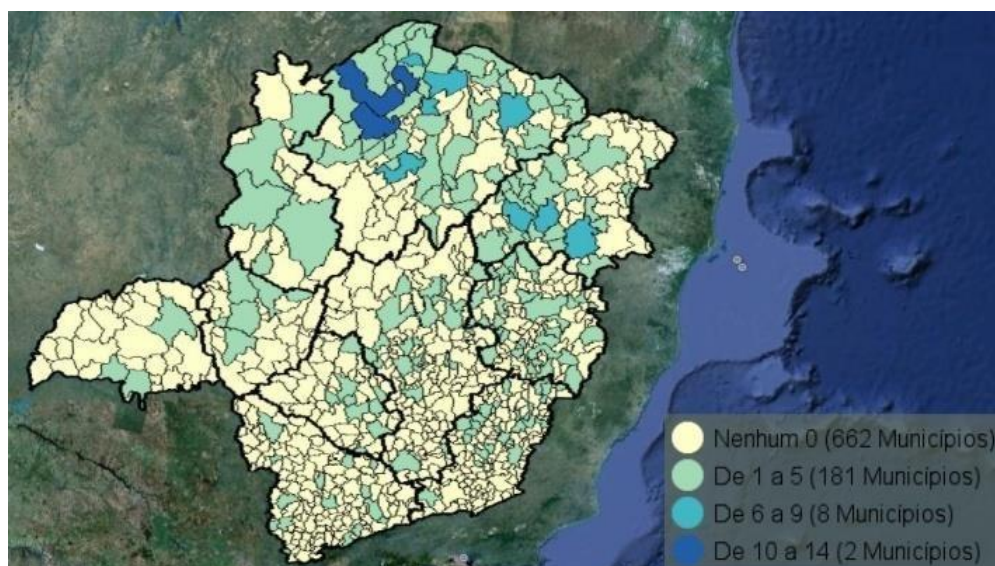
O estado de Minas Gerais, segundo o IBGE, tem uma população de 20.539.989 habitantes e uma densidade demográfica de 35,02 hab/km². Ainda de acordo com o censo 2023, ele é o quarto maior estado em tamanho territorial e o segundo em número de habitantes, logo após o estado de São Paulo.

Em 2012, cerca de 84,5% da população mineira vivia nas cidades, o restante em áreas rurais. Esses dados mostram que, mesmo a maioria da população vivendo em cidades, uma parte significativa morava no campo. Esses dados mostram a necessidade de políticas públicas que atendam essa população, inclusive escolas do campo.

Foi encontrado no portal do estado de Minas Gerais um quantitativo de escolas rurais a nível estadual. Segundo planilha apresentada no *site*, o estado possui um total de 3.098 escolas situadas na zona rural, distribuídas nas 47 Superintendências Regionais de Educação (SRE), que são elas Almenara, Araçuaí, Barbacena, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Caxambu, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Guanhães, Itajubá, Ituiutaba, Janaúba, Januária, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Metropolitana A, B e C, Monte Carmelo, Montes Claros, Muriaé, Nova Era, Ouro Preto, Pará de Minas, Paracatú, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pirapora, Poços de Caldas, Ponte Nova, Pouso Alegre, São João Del Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí e Varginha.

Olhando esses números de início, aparentam ser muitas escolas, porém, ao observar a distribuição dessas escolas por município, conseguimos perceber que infelizmente a distribuição é desigual pelo território.

Gráfico 1 – Número de escolas estaduais de Educação Básica situadas na zona rural de Minas Gerais – 2013



Fonte: Site Assembléia Legislativa de Minas Gerais (2013).

É importante lembrar que, além das escolas estaduais, temos as escolas municipais que atendem as zonas rurais. Infelizmente, esses dados não foram encontrados de maneira organizada, pois ficam restritos aos municípios, o que demandaria uma pesquisa com um tempo maior. Isso é uma crítica importante a ser feita, afinal, foi muito complexo encontrar dados organizados sobre a quantidade de escolas e de alunos que são atendidos na zona rural, o que dificulta até mesmo entender se todos os alunos estão alcançando o próprio direito à educação.

Pesquisas sobre educação do campo em Minas Gerais

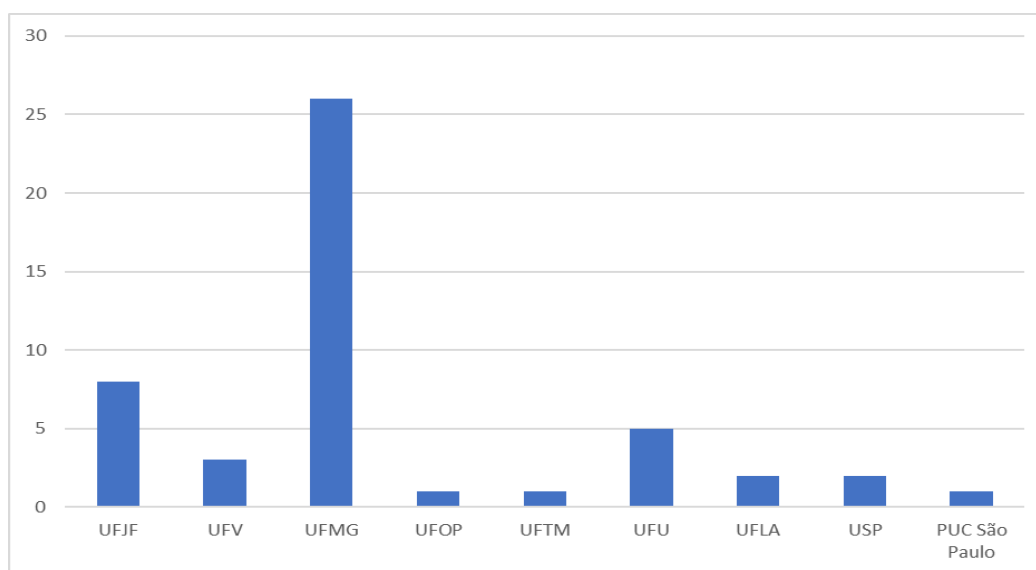
Para o presente artigo, fizemos, então, o levantamento das teses e dissertações que pesquisaram a educação do campo em Minas Gerais. Fizemos algumas análises acerca dessas pesquisas que apresentaremos abaixo. O primeiro ponto importante que foi analisado era sobre as universidades e localidades em que as pesquisas foram desenvolvidas.

Segundo dados do Instituto SEMESP (Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior), Minas Gerais possui 307 Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos presenciais e 134 a distância. Quando observamos os dados pelas mesorregiões, conseguimos notar que o maior número de matrículas no Ensino Superior é na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com aproximadamente 60 mil matrículas na rede pública e 180 mil na rede privada.

É importante reforçar que, atualmente, segundo a Plataforma Sucupira, temos em Minas Gerais 557 Programas de Pós-Graduação, um dado interessante para discutirmos nesta pesquisa. Ao analisarmos as instituições de maneira individual, foi possível levantar que as seguintes instituições ofertam pós-graduação na área da educação, são elas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (SULDEMIN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG); Universidade de Uberaba (UNIUBE); Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Viçosa (UFV); e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Com o levantamento das dissertações e teses, foi possível encontrar as seguintes universidades:

Gráfico 2 – Gráfico das universidades que publicaram teses e dissertações sobre educação do campo em Minas Gerais



Fonte: BDTD. Organização da autora (2024).

Os dados mostram que a maioria das teses e dissertações foi publicada por

universidades mineiras; das 49 publicações, apenas três foram de universidades externas, uma da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e duas da Universidade de São Paulo. Em disparada, a UFMG foi a que mais publicou sobre o tema educação do campo. Segundo dados da própria universidade, ela é a mais antiga do estado de Minas Gerais e reúne cerca de 53 mil alunos nas cidades de Belo Horizonte, Montes Claros, Diamantina e Tiradentes, que se organizam em torno de 91 cursos de graduação, 90 programas de pós-graduação e 860 núcleos de pesquisa.

Analisando os Programas de Pós-Graduação que foram desenvolvidos, nessas pesquisas encontramos que das 36 dissertações, 20 foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, três no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, uma no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, uma no Programa de Pós-Graduação em Geografia, duas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, uma no Programa de Pós-Graduação em Química, e oito no Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência.

Foi possível identificar que, das 13 teses sobre educação do campo em Minas Gerais, nove foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, uma no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, uma no Programa de Pós-Graduação em Geografia e duas no Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social.

Os dados iniciais nos mostram que, apesar de a maioria das pesquisas ser desenvolvida nos programas de educação, a educação do campo é um tema interdisciplinar e importante de ser trabalho em qualquer área do conhecimento. E comprovam que esse tema já está alcançando, mesmo que de forma tímida, outras áreas de pesquisa.

Silva (2020) discorre acerca de como nos últimos anos a expansão e a democratização do ensino superior no Brasil contribuíram para que a formação e o pensamento crítico chegassem aos diversos lugares do Brasil:

Com essa expansão, interiorização e democratização, as universidades públicas têm se preocupado cada vez mais em oferecer aos seus alunos uma formação sólida e crítica, propondo cursos com identidades – associadas ao território no qual elas se inserem – que procurem enfrentar as fragilidades e os vieses historicamente perpetuados e construir alternativas de formação profissional para o magistério (Silva, 2020, p. 54).

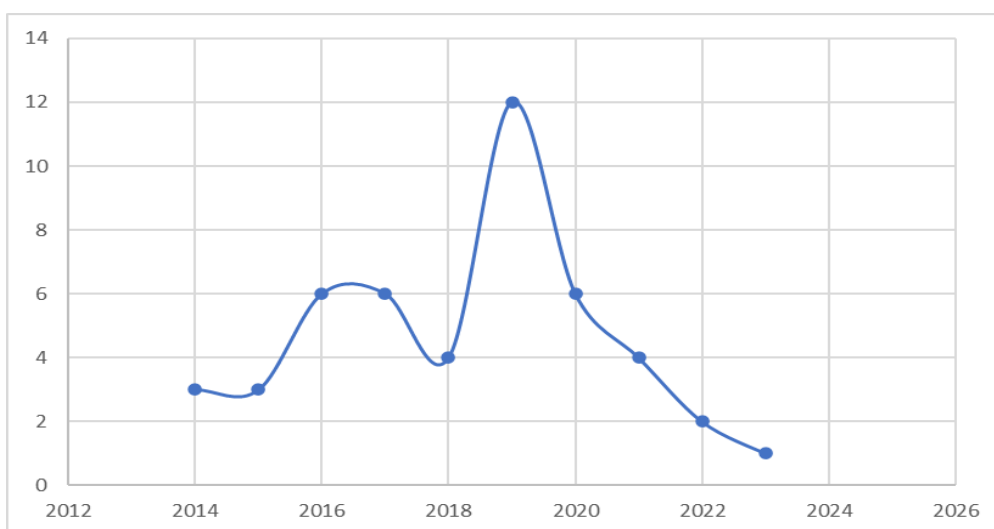
Podemos reforçar a fala do autor quando analisamos as datas de publicação das teses e dissertações encontradas. Primeiro, nosso filtro selecionou os últimos 10 anos de pesquisa,

por entender que foram nesses últimos 10 anos que a Educação Superior foi popularizada, sendo que as próprias pesquisas do autor mencionam esse fato.

Nessa primeira década dos anos 2000, testemunhamos a expansão, a interiorização e a democratização do ensino superior no Brasil. Ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante na redistribuição de oportunidades de acesso ao ensino superior. Segundo dados do censo da educação superior de 2010, publicado pelo INEP, entre os anos de 2001 e 2011, as matrículas em cursos superiores (presenciais e a distância) mais que dobraram: de 3.036.113, em 2001, passaram para 6.379.299, em 2010, representando um aumento de 110% (Silva, 2020, p. 54).

De acordo com o nosso levantamento, as teses e dissertações foram publicadas, dentro do período de 2014-2024, nos seguintes anos:

Gráfico 3 – Gráfico dos anos de publicação das teses e dissertações sobre educação do campo em Minas Gerais (2014- 2024)



Fonte: BDTD. Organização da autora (2024).

É importante analisar alguns pontos desses dados. Primeiro, quanto mais investimentos em educação, mais pesquisas serão realizadas. Quando o governo corta benefícios, como bolsas de pesquisas, por consequência, os programas de pós-graduação e as universidades sofrem um esvaziamento. Outro ponto a analisar é que, quando temos um governo que não incentiva a criticidade e não dá abertura aos Movimentos Sociais, há um impacto direto nas pesquisas. É possível perceber isso na curva do gráfico: temos alguns

anos com um número alto de pesquisas e, depois, esses números foram declinando.

Apenas no ano de 2024 não foram encontradas publicações, isso se explica, pois a maioria delas é desenvolvida e finalizada durante o ano, mas realmente publicadas no próximo ano, por isso, provavelmente, não apareceu nenhuma publicação acerca do tema em 2024.

Temáticas desenvolvidas nas pesquisas

Para desempenhar esta pesquisa, delimitamos analisar apenas os dados iniciais das teses e dissertações, compreendemos que esses dados não apontam a totalidade das pesquisas e os resultados, mas já mostram como e por quem elas estão sendo desempenhadas. Entendemos que analisar profundamente cada trabalho é algo de grande importância e que poderá ser feito no futuro.

Diante disso, analisamos, em um primeiro momento, os títulos das teses e dissertações. Nesse sentido, entendemos que o título é a porta de entrada do trabalho, é ele que, além de convidar o leitor, mostrará qual o objetivo central da pesquisa, mesmo antes de se abrir o trabalho. Se o título for confuso ou desinteressante, a possibilidade de o trabalho não ser visto é muito grande. No nosso caso, o título foi importantíssimo, pois foi por meio dele que o algoritmo de busca selecionou os trabalhos. Se o título não mencionasse nada sobre educação do campo ou Minas Gerais, o trabalho não apareceria no nosso filtro.

Olhando apenas os títulos, nesse primeiro momento, conseguimos elencar algumas temáticas gerais em que se incluíam essas pesquisas. Para essa organização, entendemos que cada tese ou dissertação se encaixaria em apenas uma temática. É importante deixar claro que, ao analisar apenas o título, foi possível notar que algumas pesquisas poderiam estar em mais de uma temática, mas para organização, colocamos em apenas uma. Na Tabela 1, foram organizados estes resultados.

Tabela 1 – Tabela dos temas gerais abordados pelas teses e dissertações analisadas

Tema Geral:	Teses:	Dissertações:
Formação de Professores	11	6
Políticas Educacionais	2	3
Currículo	1	1
Escolas do Campo	1	-
Juventudes do Campo	1	-
Práticas Pedagógicas	8	2
Educação Ambiental	2	-
Gestão Financeira	1	-
Livro didático	3	-
Educação Inclusiva	1	1
Letramento Digital	3	-
Outros Temas	2	-

Fonte: Organização da autora (2023).

Os temas gerais encontrados são variados, principalmente entre as dissertações, mas o foco dado pelos pesquisadores foi em relação à formação de professores. A maioria dos trabalhos falou sobre os cursos de licenciatura em Educação do Campo no contexto brasileiro, bem como a formação de professores com foco na prática em escolas do campo. Algumas publicações mencionaram a formação continuada desses professores, ou seja, a continuidade da formação depois que eles já se encontram na prática escolar.

Sobre esse ponto, é interessante compreender que infelizmente a formação de professores no Brasil passa por muitos problemas. Vários profissionais atuam nas escolas como professores, mas não possuem nem o curso de licenciatura, além disso, a maioria dos cursos de formação de professores sequer possui a disciplina Educação do Campo, como é o caso desta autora, que leciona a disciplina como matéria optativa em um curso de Pedagogia, matéria essa que deveria fazer parte do currículo obrigatório dos alunos.

Quando um professor termina sua faculdade, ele irá se deparar com escolas da zona urbana, mas também da zona rural, e infelizmente, o que acontece é que muitos, ou deixam a escola assim que podem, gerando uma rotatividade muito grande nas escolas do campo, o que é prejudicial para o processo de ensino-aprendizagem, ou perpetuam o ensino da cidade no campo, sem levar em consideração as especificidades do lugar, causando, então, todas as

situações já mencionadas aqui.

O Brasil, nos últimos anos, vem conquistando um aumento nos cursos de licenciatura em Educação do Campo. Segundo pesquisa realizada por Paula (2022), existe hoje na Região Norte 16 cursos de licenciatura em Educação do Campo, seis na Região Centro-Oeste, na Região Sudeste 13, na Região Nordeste 25 e na Região Sul 16 cursos, que ao todo somam 76 cursos ofertados. Segundo a mesma autora, esses cursos são ofertados em instituições federais, estaduais e municipais, de forma presencial e a distância.

Nesse sentido, concordamos com Silva (2020) quando menciona que

[...] as demandas que emergem do campo devem ocupar, progressivamente, espaços nas políticas de formação docente, garantindo conhecimentos específicos para o exercício da docência no/do campo e vinculando-se a projetos sociais e econômicos do território camponês que vislumbrem o desenvolvimento do campo com relação direta entre formação, produção, educação e compromisso político. Face a essas demandas, é urgente garantir a existência de escolas e educadores do campo no campo, sobretudo, com a permanência de um corpo estável de educadores (Silva, 2020, p. 62).

Outra temática interessante e muito pesquisada foi a de práticas pedagógicas. Muitos professores de diferentes áreas preocupados em como abordar sua disciplina voltada para uma Educação do Campo emancipatória e crítica. Esses trabalhos colaboram muito para professores compreenderem melhor como é a prática em uma escola do campo. Menciono isso, pois muitos questionamentos feitos por meus alunos estão em torno da prática pedagógica. Eles compreendem a importância de uma educação transformadora, que leve em consideração a história dos seus alunos, mas ficam com muitas dúvidas de como realmente colocar o que se aprendeu na faculdade em prática.

Além de analisarmos os títulos, também fizemos um levantamento das palavras-chave utilizadas pelos autores. Em um primeiro momento, foi possível notar que na maioria, se não em todos os trabalhos, constam como palavras-chave os termos “Educação do Campo” que é a temática principal desses trabalhos. Além desses termos, aparecem em muitas pesquisas os seguintes termos: Projeto Político-Pedagógico; Pedagogia da Alternância; Currículo; Representações Sociais; Agroecologia; Multissérie; Licenciaturas do Campo; Jovens do Campo; Formação de Professores; Políticas Públicas; Educação Especial; Campo e Cidade; bem como as várias áreas do conhecimento como Artes, Geografia, Ciências, Língua Estrangeira, Química; entre outros.

Torna-se, então, importante discorrer que as pesquisas levantadas contribuem e muito

para compreendermos a Educação do Campo em Minas Gerais. Muitas delas discorrem sobre quais são as perspectivas dessa modalidade da educação no estado, bem como sobre os desafios encontrados e quais os caminhos para superá-los.

Considerações finais

Este artigo vislumbrou evidenciar as pesquisas sobre Educação do Campo em Minas Gerais nos últimos 10 anos (2014-2024). Por meio da análise introdutória de dissertações e teses publicadas sobre o assunto, conseguimos traçar algumas considerações importantes sobre a Educação do Campo e como a universidade está olhando para essa tema tão importante.

Compreendemos que o que foi feito é apenas o início de um trabalho que pode ser desenvolvido com mais profundidade, afinal, seria importante analisar as pesquisas como um todo, ou seja, todo o conteúdo, e não apenas o início dele. Isso com certeza, poderá ser feito em um momento futuro.

Compreendemos, então, que discutir a Educação do Campo em diferentes contextos educacionais promoveu também o acesso a políticas públicas, afinal foi em um congresso universitário que as discussões sobre Educação do Campo começaram a tomar corpo, pois elas já tinham sido iniciadas há muito tempo com os Movimentos Sociais de luta pela terra. As pesquisas acadêmicas sobre o tema apontam que nos últimos anos a Educação do campo tem sido discutida nas universidades e tem se tornado um campo importante de discussões e estudos.

As temáticas investigadas, presentes nas dissertações e teses, apontam um terreno que é vivenciado e sentido pelas comunidades do campo. São notórias as preocupações relacionadas à formação de professores, com as propostas didáticas, as políticas educacionais, o currículo, os jovens do campo, entre outras. Essas preocupações mostram que já foi feito muito pela Educação do Campo, mas ainda não é suficiente. Apenas oferecer uma escola na zona rural não significa que temos uma Educação do Campo. Perpetuar a educação oferecida na cidade, que não se preocupa com as demandas da comunidade, que não leva em consideração as vivências camponesas, está longe de ser uma educação emancipatória.

Da mesma forma, o mapa das teses e dissertações publicadas aponta que Minas Gerais está a frente de muitos estados, se tratando de universidades que possuem programas de pós-graduação em educação. Dessas, é notório que as pesquisas em Educação do Campo

se concentram em algumas universidades, e a que mais se destacou foi a Universidade Federal de Minas Gerais. Com certeza é um programa que abriga mais vagas de mestrado e doutorado, tornando os números mais expressivos. É preciso lembrar que as teses e dissertações também foram publicadas, de maneira menos expressiva, em outros programas de pós-graduação, como Geografia, Letras, Química, entre outros.

É importante apontar aqui, mais uma vez, que foi complicado encontrar dados nos sites do governo ou de pesquisas, como o IBGE, que mostrassem o quantitativo de escolas e alunos atendidos no campo. Os dados estaduais foram encontrados no site do governo estadual, porém, eles não mostram com clareza, por exemplo, a quantidade de alunos atendidos nas escolas. Os dados municipais teriam que ser levantados em cada prefeitura, o que demandaria muito tempo. Seria importante, ter um site oficial que tivesse um compilado dessas informações, auxiliando compreender melhor se o atendimento a essa população campensina está acontecendo de forma completa.

Em um panorama geral, pensamos que as publicações são necessárias e enriquecem o conhecimento sobre a Educação do Campo. Os olhares dos pesquisadores traçam um novo cenário epistêmico para os povos do campo e aos poucos afirmam essa modalidade educativa na universidade trazendo investigações e discussões significantes para o tema. Queremos dar ênfase ao fato de que a ampliação dos cursos de graduação em Educação do Campo, ou até mesmo das disciplinas com essa temática em cursos de licenciatura, podem e muito contribuir para o aumento dessas pesquisas.

Por fim, expressamos que as pesquisas elucidadas acerca da Educação do Campo nos programas de pós-graduação em Minas Gerais apontam caminhos, mas ainda não preenchem por completo as lacunas de um projeto de Educação do Campo mais abrangente e profundo. Ainda é necessário que as universidades e, principalmente os cursos de licenciatura, considerem a temática como algo essencial para os dias atuais, afinal é inviável ser um professor que não conheça a luta camponesa, ou que não compreenda a importância da Educação do Campo e tudo que ainda precisa ser conquistado.

Referências

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. DOI 10.1590/S1981-77462009000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CHIARA, V. L.; CHIARA, S. E. Artigos de Revisão: contribuições com enfoque em Ciência da Nutrição. **Revista De Nutrição**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 103-110, 2023. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/9802>. Acesso em: 15 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARTINS, F. J. **A escola e a educação do campo**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Lista de escolas da rede estadual**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/lista-de-escolas/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PAULA, H. V. C. A Licenciatura em Educação do Campo no Brasil: levantamento do observatório da institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 240–256, 2022. DOI 10.14393/REPOD-v12n1a2023-67544. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/67544>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. N. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. DOI 10.1590/S1413-35552007000100013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/#>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SEMESP. Sindicato da Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo. **Mapa do Ensino Superior**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/sudeste/minas-gerais/>. Acesso: 18 jun. 2024.

SILVA, K. A. L. **Concepções e práticas da educação do campo**: um estudo com professores em formação. Natal: IFRN, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24369/1/Concep%c3%a7%c3%b5esPr%c3%a1ticasEduca%c3%a7%c3%a3o_Silva_2017.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOBREIRA, M. F. C.; SILVA, L. H. Vida e construção do conhecimento na pedagogia da alternância. **Revista eletrônica de educação**, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 212-227. DOI 10.14244/19827199915. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/VIDA-E-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DO-CONHECIMENTO-NA-PEDAGOGIA-DA-ALTERN%C3%82NCIA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SUCUPIRA. **Plataforma Sucupira**. Cursos avaliados e reconhecidos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?cdRegiao=3&sgUf=MG>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Submetido em 26 de junho de 2024.

Aprovado em 15 de agosto de 2024.